

IX Encuentro Nacional y III Congreso Internacional de Historia Oral de la  
República Argentina  
“Los usos de la Memoria y la Historia Oral”

**A cultura política comunista: múltiplas facetas no discurso de seus  
militantes radicais.**

Isabel Cristina Leite  
UFMG  
ic.leite@yahoo.com.br

A expressão *culturas políticas* não é recente, data da década de 1960 e foi cunhada por Sidney Almond e Gabriel Verba<sup>1</sup>. Buscava representar uma interface entre distintas perspectivas, como da sociologia, antropologia e psicologia, aplicadas ao estudo dos fenômenos políticos<sup>2</sup>. A definição de cultura foi amparada, sobretudo, pela antropologia, que a entende como uma articulação de comportamentos apreendidos socialmente, por meio de processos de transmissões de pensamentos e idéias, sem qualquer intervenção biológica.

Vários estudiosos nos fornecem apontamentos sobre como pensar e aplicar o conceito de *culturas políticas*. Para Daniel Cefai, por exemplo, as culturas políticas são aquelas:

que se coloca(m) em diferentes espaços teóricos e se inscreve(m) em diferentes espaços empíricos, desafia(m) uma produção consensual (...) que seja apropriada a todas as constelações de temas e a todas as grandezas de escala em uso nas ciências sociais, históricas e políticas<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup>ALMOND, Sidney & VERBA, Gabriel. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy In Five Nations*. Princeton University Press, 1963.

<sup>2</sup>KUSHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política. In: *Estudos Históricos*. Número.24.

<sup>3</sup>CEFAI, Daniel, citado por DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Arqueologia do conceito de cultura política. In: *Vária História*, n.28, dez. 2002, Belo Horizonte. pp.13-29.

Serge Berstein propôs pensar a *cultura política* a partir de uma perspectiva histórica, distinta da sociologia e antropologia, embora dialogue com ambas. Para o autor, o conceito de *culturas políticas* implicaria a junção de componentes antagônicos<sup>4</sup>. Assim como a história cultural teve sua renovação quando mostrou convergência com as ciências sociais a partir da Escola dos Annales, para Berstein, o mesmo ocorreu com o fenômeno do político, sob inspiração de René Rémond. Esse autor analisa o chamado “retorno do político”, de forma que o político “pode ser um objeto de conhecimento científico, assim como um fator de explicação de outros fatos além de si mesmo”<sup>5</sup>. Sua análise trás à cena a História Política, que bem como a narrativa e a biografia retornaram após a crise da *Nova História*. Até este momento de crise, a política, assim como a narrativa e biografia, estavam sob controle dos *Annales*, em proveito da História Econômica e Social.

Para Rémond, o político não é um fato isolado, tampouco imutável. Pode-se inscrevê-lo na longa duração e na mudança, e está ligado ao estudo da história do tempo presente. A *cultura política* deve ser pensada como uma interseção entre a história política com a cultural, porém, como um elemento que diz respeito tão somente aos fenômenos políticos. Na sua tentativa de definição do conceito, crê em uma espécie de código e de conjunto de referências definido dentro de uma determinada “família” política, ou partido. Deriva daí a importância das representações, dos signos, das normas e valores, como elementos de coesão e para a definição de diversas culturas políticas<sup>6</sup>.

Nesta perspectiva, haveria a necessidade de uma estabilidade de procedimentos de no mínimo duas gerações para que uma nova *cultura política* penetrasse na sociedade sob forma de representações. Seus principais expoentes seriam, por exemplo, a família, o exército, o partido e a escola, o que caracterizaria mobilidade e mutabilidade destas *culturas políticas*<sup>7</sup>. Em

---

<sup>4</sup>BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: ROIUX & SIRINELLI. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. Pp.349.

<sup>5</sup>RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU & TÉTART. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1992. pp.51-60.

<sup>6</sup> Para debate mais amplo sobre o “Retorno do político”: CHAUVEAU & TÉTART. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1992; RÉMOND, R.(org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2006; FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO & VAINFAS. *Domínios da História – Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>7</sup> BERSTEIN. Op. cit. pp. 356.

certos casos pode ocorrer a formação de uma *sub-cultura política*, que consiste em uma forma mais específica de comportamento político dos militantes, dentro de determinada cultura política.<sup>8</sup> Tendo em vista esta afirmação, nos interessa aplicá-la ao caso das *culturas políticas de esquerda* e analisarmos duas de suas tradições as quais consideramos que mais influenciaram, em graus diferentes, a vertente escolhida por alguns grupos revolucionários, em especial, o COLINA: as tradições *comunista* e *nacional-estatista*.

Segundo Daniel Aarão Reis, ao fazer uma revisão da trajetória das esquerdas, seja no Brasil ou no mundo, é necessário reconhecer sua pluralidade. Costumamos empregar o termo no singular. Para o autor, esta tendência ao singular nos reportaria a uma tradição do início do século XX, que entendia a representação da esquerda legitimada em um só partido. Antes da I Guerra, quem não estivesse vinculado ao partido social-democrata, não poderia ser considerado de esquerda. Após a Internacional Comunista, essa tradição seria característica dos Partidos Comunistas<sup>9</sup>.

Em relação a esta perspectiva, devemos ressaltar que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tem duas singularidades face aos PC's europeus. Inicialmente, não teve origem na social-democracia, pelo simples fato de não ter havido social-democracia neste país. Saímos de uma sociedade escravista, e em pouco tempo surgiram os primeiros centros industriais, formando um núcleo operário, composto por vários imigrantes italianos e espanhóis. Sob influência anarquista, foi o responsável pela criação do PCB<sup>10</sup>. Entre seus objetivos:

"conquistar o poder político pelo proletariado e transformar a sociedade capitalista em comunista. O partido da classe operária brasileira deveria também, lutar e agir pela compreensão mútua internacional dos trabalhadores"<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup>LAZAR, Marc. Fort et fragile, immutable et changeante... la culture politique communiste. In:BERSTEIN, Serge. *Les cultures politiques en France*. Paris: Seuil, 1999.

<sup>9</sup>REIS FILHO, Daniel. As esquerdas no Brasil. Culturas Políticas e Tradições. In: FORTES, A. *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. pp.175.

<sup>10</sup>GOENDER, Jacob. O ciclo do PCB: 1922-1980. In: FORTES, A. *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. pp.164.

<sup>11</sup>PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. pp.71.

A segunda característica do PCB, e rara na história do comunismo mundial, é a influência militar. Segundo Jacob Gorender, com exceção do PC Chinês, nenhum outro teve esta característica de modo tão marcante, e esta adesão de militares dever-se-ia à presença de Luis Carlos Prestes<sup>12</sup>. No Brasil, a década de 1930 foi marcada pelo que Dulce Pandolfi chamou de "Prestismo". Com a filiação de Luis Carlos Prestes ao PCB, o partido saíra do gueto e o "Prestismo" seria maior que o "pecebismo"<sup>13</sup>. O partido passaria a ser, a partir de então, o representante dos camponeses, marinheiros e soldados revolucionários, não mais exclusivamente do proletariado. Após 1933, com a subida de Hitler ao poder, a Internacional Comunista não mais incentivava as insurreições, mas sim, as frentes populares compostas por outros partidos, que não só o comunista. Uma das exceções à regra que temos conhecimento foi justamente o PCB, cuja prática insurrecional fora recomendada, devido à confiança na potencialidade militar do partido. Para Jacob Gorender, esta seria uma prova concreta do reconhecimento da influência militar sobre o mesmo<sup>14</sup>.

Quando miramos a esquerda no Brasil, podemos evidenciar suas múltiplas *culturas políticas*. A mais consolidada delas, que por muito tempo obteve o monopólio do "ser de esquerda" no Brasil foi, sem dúvida, a comunista. O que se chama de tradição comunista seria, segundo Reis Filho, uma árvore de vários ramos, que se tornou mais complexa após a década de 1960<sup>15</sup>.

Marc Lazar, ao fazer uma análise do Partido Comunista Francês, nos fornece argumentos para a discussão acerca da *cultura política comunista*. O autor estabelece um diálogo direto com Berstein, ao definir *cultura política* como um conjunto de idéias, símbolos, crenças, tradições e uma diversificação de regras e práticas que, combinados, dão um significado ao real, estabelecendo as regras do jogo, formando os comportamentos políticos, e conduzindo à incorporação de normas sociais. Para o autor, a *cultura política comunista* teve seu ápice entre os anos de 1930 e 1950, sendo o Partido a sua

---

<sup>12</sup> GORENDER. op.cit.pp.166.

<sup>13</sup> PANDOLFI.op.cit.pp.71

<sup>14</sup>GORENDER. op.cit. pp.167.

<sup>15</sup>REIS FILHO. 2005. op. cit. pp.177.

instituição-chave, é ele quem ocupa lugar central e determinante, como um meio de socialização e na definição do pensamento político<sup>16</sup>.

Já Dulce Pandolfi qualifica a *cultura política comunista* como uma determinada visão de mundo compartilhada por todos, vinculados a uma tradição iniciada com a vitória da Revolução Russa, que se identificou com o modelo de sociedade implantado pela URSS, e que se inspirou nos escritos de Marx, Engels e Lênin<sup>17</sup>.

Para a análise de uma outra face da *cultura política comunista*, citamos ainda Marco Aurélio Garcia, que trabalha com hipótese de a Revolução Cubana ser o marco que separaria a passagem de um primeiro momento, marcado pelos ecos da Revolução Russa e que se estendeu até final dos anos 1950, para uma segunda fase, que seria o surgimento de novas organizações de esquerda influenciadas, em grande parte, pelos valores e pela teoria foquista<sup>18</sup>. A partir deste novo referencial, a *cultura política comunista* teria tomado uma nova direção, radicalmente distinta da antecedente russa, no que tange à estratégia de tomada do poder.<sup>19</sup>

Podemos afirmar que uso de uma série de rituais e símbolos formou a identidade do militante *comunista*. Abrigados sob uma mesma sigla, pessoas que militavam mesmo com posições divergentes, giravam em torno de uma prática unitária, ou seja, mesmo e apesar das diferenças, todos eram *comunistas*, o que significava, sobretudo, estar ligado ao Partido Comunista<sup>20</sup>. Seus valores mais difundidos são: a obediência incondicional, a disciplina de ferro, a dedicação completa, a exaltação da unidade, seja da URSS, do partido ou de seus chefes. Estes valores ou imagens são interiorizados e acompanhados obrigatoriamente de uma submissão e de conformidade ao modelo oficial. O comunismo possui calendário, comemorações e ritos próprios.<sup>21</sup>

---

<sup>16</sup>LAZAR.op.cit.pp. 217.

<sup>17</sup>PANDOLFI.op.cit. pp.35.

<sup>18</sup>GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias. In: ARAÚJO, Angela. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997. pp.38.

<sup>19</sup>Há que se relativizar, entretanto, a mudança de valores entre pró-soviéticos e pró-cubanos, como constatamos em documentos e depoimentos de militantes do COLINA que evidenciam que, por mais que tentassem se desvincular desta esquerda tradicional, leia-se PCB, as normas e valores não se diferiam tanto quanto acreditavam.

<sup>20</sup>PANDOLFI. op.cit. pp.29.

<sup>21</sup>VIDAL, Adriane. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Dissertação de mestrado. UFMG, 2003. pp.224.

Valores parecidos pertencem a esta vertente “nova” do comunismo, ainda que ambas se condenem mutuamente. Se por um lado, membros do PCB eram considerados reformistas pelos revolucionários, por outro, esses eram vistos como aventureiros por aqueles. Existiam, dentro das organizações armadas da esquerda comunista, representações que, a seu modo, lhes mantinham unidos. Assim como o PCB estariam coesos sob a premissa da formação de um partido de vanguarda, responsável por guiar as massas à revolução, independentemente da aliança com a burguesia que pregavam os comunistas “ortodoxos”, vinculados ao *Partidão* (PCB). Como exemplo destas representações, podemos citar a do grande líder revolucionário, incontestável, que para o COLINA (e claro, tantas outras organizações armadas) seria o guerrilheiro Che Guevara, assim como outras lideranças internas, seja o mais velho, o teórico, o melhor atirador. Como veremos posteriormente, a influência deste ícone da esquerda militarista é citada de modo recorrente em falas de militantes do grupo em questão.

Para Fernando Pimentel, político, ex-militante do COLINA, Vanguarda Armada Revolucionária, conhecida como VAR-Palmares e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi exatamente a morte de Guevara que influenciou sua decisão pela via armada.<sup>22</sup> Militou no movimento estudantil secundarista em 1967, naquele momento, fortemente influenciado pela esquerda católica, via organização Ação Popular (AP). Dois amigos o convidaram para integrar suas respectivas organizações, um do COLINA, e outro da AP:

Uma das coisas que pesou – engraçado eu lembrar disso - na minha opção, foi a morte de Guevara em outubro de 1967. O Guevara era, de certa forma, um mito, uma referência muito forte pra nós, para minha geração. E (...) as circunstâncias da morte dele na Bolívia, aquela aura de heroísmo que aquilo carregou (...) me marcou muito e me

---

<sup>22</sup>VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, foi uma organização armada surgida após a dizimação do COLINA. VPR: Vanguarda Popular Revolucionária, surgiu, assim como o COLINA da cisão da POLOP.

impulsionou fortemente pra concepção de organização que era expressa pelo COLINA<sup>23</sup>.

Tal adoração ao guerrilheiro morto e ao seu método de combate, que seria, nas próprias palavras de Pimentel, “quase uma vara de condão”, que estaria “fadado a dar certo onde for”, levou à época a uma análise acrítica da idéia e das circunstancias necessárias à instauração do foco guerrilheiro:

A gente atribuiu isso (a morte de Guevara), a uma derrota momentânea. Quer dizer, o método era correto, só que ele foi infeliz naquela circunstancia<sup>24</sup>.

A fala do sindicalista Irani Campos, ex-militante do COLINA, corrobora a anterior, no sentido da adoração ao comandante argentino e ao seu método:

Nós demos naquele momento, de sair daquela luta política tradicional, para outras formas de luta que já tinham, de certa forma, dado resultado. Uma grande influencia que nós tivemos foi a Revolução Cubana, e é por isso que também falo que quando eu lembro da historia do Che Guevara, eu lembro de todo o exemplo dele, de um cara que podia ter morrido sentado em cima do ouro, não é? Foi morrer brilhantemente, heroicamente, “Dom Quixoticamente” e mais a quantidade de adjetivo que você puser pelo mundo. *Hay que endurecer sin perder la ternura*<sup>25</sup>.

Um relato que destoa aos citados quanto a crítica à estratégia Guevarista é o de Apolo Heringer Lisboa, médico, ex-militante do COLINA e VAR-Palmares:

---

<sup>23</sup>Entrevista de Fernando Pimentel a Marcelo Ridenti em 16/07/1985. Disponível no AEL/UNICAMP.

<sup>24</sup>Idem.

<sup>25</sup>Entrevista de Irani Campos a autora em 17/01/2006.

Apresentei um trabalho (em 1969) que era “revolução e o foquismo” (...) e criticava o Debray (Régis), como tendo feito uma interpretação errada da revolução cubana e tinha aconselhado os outros países a importar. Claro, nos cometemos o erro de importar uma coisa que já era um erro (...) simplismo do “Debraismo”. A gente combateu isso, não poupamos nem o Che Guevara, com todo o respeito que ele merece da gente<sup>26</sup>.

Outro elo entre PCB e o COLINA no âmbito da *cultura política comunista*, refere-se às imposições de disciplina e respeito à hierarquia e normas de conduta. O COLINA investiu mais na perspectiva da guerrilha, do que na formação do partido – o dispositivo militar superava a questão política, por isto é uma organização militarista. Como tal, fez suas regras *semelhantes* às dos militares. Deixam claro que são apenas semelhantes, pois os militares não compactuavam com o ideal de Exército Leninista, muito pelo contrário. Na visão daqueles revolucionários, esta disciplina seria mais do que necessária para a formação do Exército que se transformaria no “Grande Exército de Libertação Nacional”. A aceitação destas normas disciplinares deveria ser de modo consciente por parte dos militantes, já tendo conhecimento da necessidade de sua aplicação, a aceitação “provém da própria prática concreta da disciplina revolucionária”.

Tais normas designavam desde o perfil ideal do militante, até como agir na prisão em caso de queda, possibilidade plausível, na medida em que acreditavam estar numa guerra. Para exemplificar, citamos Maria do Carmo Brito, ex-militante da COLINA. Seu relato demonstra que a ordem da organização era o suicídio em caso de prisão. Todos os militantes andavam com uma cápsula de veneno em um alfinete preso à roupa, contudo, o veneno produzia um efeito inesperado: apenas provocava cólicas, agravando a situação do militante emboscado<sup>27</sup>. Outras regras referiam-se à, principalmente: a) agüentar por mais tempo à tortura (física ou psicológica),

---

<sup>26</sup> Entrevista de Apolo Lisboa a Marcelo Ridenti em 13/07/1985. Acervo AEL/UNICAMP.

<sup>27</sup> Cf. CARVALHO, Luis. *Mulheres que foram à luta armada*. Rio de Janeiro: Globo, 1998. pp.142.



para que houvesse tempo de os companheiros saberem da prisão e não irem aos pontos de encontro, evitando um efeito “dominó”; b) não falar sobre demais militantes; c) simular desmaio quando da aplicação do Pentotal Sódico (soro da verdade); d) aproveitar as situações para o suicídio, e bater a cabeça na parede até desmaiar. Em pouco tempo, a militante descobriu que algumas das orientações na prisão apenas a deixavam situações tragicômicas, como no dia em que tentou bater a cabeça para desmaiar e o torturador Gomes Carneiro<sup>28</sup> postou-se atrás dela fazendo com que sua cabeça batesse no peito deste<sup>29</sup>. Não obstante, caso fossem infligidas as regras, o militante sentiria “todo o peso da disciplina”, pois seriam com estas medidas que o indisciplinado refletiria sobre seus erros e utilizaria da auto-crítica na prática<sup>30</sup>.

A própria estrutura interna do COLINA por células, já demonstra sua preocupação com a ordem e disciplina. O contraponto desta estratégia seria a da Aliança Libertadora Nacional (ALN), por exemplo, em que as ações não eram coordenadas; ocorriam, às vezes, diversas ações no mesmo dia, no mesmo local, em horários diferentes, e um agrupamento não tinha conhecimento do outro<sup>31</sup>. Havia, evidentemente, uma hierarquia entre as células e, por questão de segurança, somente um representante de cada comando se reunia com a direção. As decisões eram verticalizadas e centradas em torno do comando armado, sob o qual se encontravam os maiores

---

<sup>28</sup>Major Gomes Carneiro, torturador, comandante do CODI/DOI – Rio a partir de 1970. Antes desta data, torturava no CODI/MG quando ainda era capitão. Seu nome aparece no “listão” que possui o nome de 443 torturadores. O Major esteve envolvido diretamente na morte do político Rubens Paiva, em 1971. Para o psiquiatra a serviço da repressão Amílcar Lobo, Carneiro era um dos mais violentos torturadores que conheceu. Em 1976 o Comitê Pró-Amnistia dos presos políticos no Brasil – CAB, em Portugal, publicou pela primeira vez a coletânea dos *Documentos dos presos políticos brasileiros*. É uma esmiuçada descrição do “aparelho repressivo”, incluindo, Instrumentos e métodos de tortura; mandantes de tortura, presos políticos mortos e desaparecidos; torturadores e Informantes. Os autores montaram esta lista até então inédita e ainda demonstraram a ligação da ditadura com o empresariado nacional e estrangeiro. No Brasil, esta relação de nomes se tornou mais conhecida em dois momentos: em junho de 1978 e março de 1979, através do semanário *Em Tempo*, ambos exemplares apreendidos e destruídos. Para entrevista de Amílcar Lobo sobre a repressão e Gomes Carneiro: Cf. JORNAL DO BRASIL. 8/09/1986.Arquivo digital Ana Lagoa/UFSCAR: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R06878.pdf> Para a lista completa dos torturadores:Cf. VENTURA, Maria Isabel Pinto (ed.). *Dos presos políticos brasileiros Acerca da repressão fascista no Brasil*. Lisboa: Edições Maria da Fonte / Comitê Pro Anistia Geral no Brasil, 1976; BRASIL: NUNCA MAIS. Projeto A, Tomo II. Para saber mais sobre o CAB e a história da repressão sobre o *Em tempo*: GRECO, Heloísa.*Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado. Departamento de História: UFMG, 2003.pp.155-158.

<sup>29</sup>VIANNA, Martha.*Uma tempestade como a sua memória. A história de Lia, Maria do Carmo*.Rio de Janeiro: Record, 2003, pp. 75 -79.

<sup>30</sup>Por uma disciplina revolucionária. Rolo 2: Pasta 16: Sub-Pasta 17: Imagem:0186. Acervo DOPS/MG.

<sup>31</sup> Cf. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

expoentes. Um exemplo das normas disciplinares diz respeito ao “contato mínimo” entre militantes, para que fosse preservada a clandestinidade do grupo<sup>32</sup>. Comentar algo da organização para alguém de fora, mesmo que de confiança, era considerado uma falta gravíssima<sup>33</sup>. Sobre a disciplina, conta Jorge Nahas, médico, ex-militante da POLOP e COLINA:

Nós éramos muito duros, inclusive, fomos muito duros com as companheiras que caíram, inclusive, estavam presas conosco. Companheiros que falaram o que a gente achava que não deveria falar, companheiros que foram muito estigmatizados. (...) Essa sensação de responsabilidade com o momento político exagerada, nós tínhamos em alto grau. Era mais importante que essas coisas de patrulhamento interno, que existiram. Muitos companheiros padeceram com isso, mas eu acho um erro.<sup>34</sup>

Dentro das definições doutrinárias do COLINA, o militante deveria “ter compromisso com o seu destino”, o qual só se tornaria completo no processo de “proletarização” da prática guerrilheira<sup>35</sup>. Isto significa que eram a luta pela sobrevivência diária e o contato concreto com a necessidade revolucionária que proporcionariam a força para a luta de libertação.

Outra característica marcante da *cultura política comunista* estaria relacionada à moral comunista. Em referência ao PC, como observam Rodrigo Pato Motta e Gerard Vicent, muitas vezes, a severidade dos comunistas em relação à conduta moral pode parecer contraditória, ao levarmos em conta a dimensão libertária da tradição revolucionária. Para Motta, “é paradoxal que um projeto visando a emancipação humana, tenha dado origem a normas de comportamento tão rígidas”<sup>36</sup>. Os dois autores descrevem em seus textos

---

<sup>32</sup>Por uma disciplina revolucionária. Rolo 2. Pasta 16. Subpasta 17. Imagem 186. Acervo DOPS/MG.

<sup>33</sup>O militante. Rolo 2. Pasta 16. Subpasta 13. Imagem 119. Acervo DOPS/MG.

<sup>34</sup>Entrevista de Jorge Nahas a autora em 06/01/2006.

<sup>35</sup>Concepção da luta revolucionária. In: REIS FILHO & SÁ, op.cit. pp. 159.

<sup>36</sup>Cf. MOTTA, Rodrigo. O PCB e a moral comunista. IN: *LOCUS*. Revista de Historia. vol. 3. 1997. pp. 73. Outros trabalhos similares que abordam a questão da moral comunista: BROWARNIK, Graciela. Para ser un revolucionario... Un estudio acerca de a transmission de la moral comunista del Partido Comunista

como o partido regulava severamente a vida privada do militante, tendo este que ser um exemplo para a sociedade. Assim como Motta, Vicent trabalha com depoimentos de militantes comunistas e conclui pelas falas destes, que o comunista deveria “ser excelente profissional, bom marido, pai ‘normal’, conformista, em consonância com o tipo ideal derivado da tradição judaico-cristã”<sup>37</sup>.

Na “nova esquerda” há um apelo à moral, mas não em um sentido de conduta exemplar, como no caso do PCB. Diz respeito mais à segurança da organização do que ao comportamento do militante em si. O indivíduo era orientado a adaptar-se ao local em que fazia seu trabalho, atento à cultura, linguagem, vestimenta, de modo que não destoasse da comunidade, minimizando as possibilidades de serem percebidas como suspeitas. Um comportamento desregrado também seria condenado, a exemplo do excesso com a bebida e mentiras. O curioso do documento é a represália à “falta de critério nas relações sexuais”<sup>38</sup>. Em outro momento, relata Jorge Nahas:

Esse tipo de militância (armada), não permite muita vacilação, é tudo tratado num plano moral, isso sem duvida alguma. Você tem a visão muito ideologizada e moral das coisas. O sujeito começava a duvidar (politicamente ou pessoalmente sobre a organização), você podia achar que ele estava afrouxando<sup>39</sup>.

O guerrilheiro seria, desta forma, um herói e como tal, cheio de virtudes e poderes. A crença nestes valores também é recorrente nos relatos, porém apontam decepções com a realidade do período, como pode ser vislumbrado na fala do mesmo entrevistado:

[Eu] achava que todos nós tínhamos têmporas de heróis. E a ditadura impunha isso também, ou você era um herói, ou

---

ArgentIno. In: *Voces recobradas*. Buenos Aires. Año 6. No. 16. pp.22-36 e OBERTI, Alejandra. Lamoral según los revolucionarios. In: *Políticas de la memoria*. Buenos Aires: CEDINCI, 2005. pp.77-84.

<sup>37</sup> Cf. VICENT, Gérard. Ser comunista? Uma maneira de ser. IN: PROST, Antoine. *Historia da vida privada*. Vol. 5. São Paulo: Companhia das letras, 1995. pp.445.

<sup>38</sup> O militante. Rolo 2. Pasta 16. Subpasa 13. Imagem 119. Acervo DOPS/MG.

<sup>39</sup> Entrevista de Jorge Nahas a Marcelo Ridenti em 15/07/1985. Disponível no AEL/UNICAMP.

você era um traidor. O cruel, o perverso de uma ditadura, é que te obriga o tempo inteiro a você ser herói, resistir, ou a ser um covarde<sup>40</sup>.

A estreita e curiosa analogia entre Comunismo e Igreja nos primórdios do surgimento dos PCs também é marcante: “Os ídolos são diferentes, mas a liturgia é parecida”<sup>41</sup>. No caso o PCB, Dulce Pandolfi relata um discurso de Astrojildo Pereira, no qual relembra que o Partido fora fundado por 12 militantes, “o mesmo numero de apóstolos de Cristo”, e que na platéia alguém aparteou, dizendo que “não faltara também o Judas”, em alusão a Antonio Canellas, o único militante de voto contrário a Trotsky, na IV Internacional Comunista<sup>42</sup>. Mesmo com o radicalismo exacerbado, esta ligação continua existindo dentro da guerrilha, como podemos derivar das ressignificações dos depoimentos. Apolo Heringer foi um dos depoentes quem mais evidenciou a assimilação entre a fé católica e a militância armada:

Tem gente que tem jeito pra música, não tem? Eu desde cedo tive inclinação para a questão social. Eu sempre tomava partido dos pobres, aquilo ali é intuitivo.(...) Minha leitura da Bíblia foi mais dirigida para esta questão de Moisés e os profetas, eu vibrava com Geroboão, que se

---

<sup>40</sup>Entrevista de Jorge Nahas a autora, já citada.

<sup>41</sup>VINCENT. op. cit. 446.

<sup>42</sup>Antonio Canellas, militante de origem anarquista, com 24 anos, equivocadamente achou que sua indicação para participar dos trabalhos do congresso incluía direito a "voto deliberativo" com a admissão do PCB na Internacional Comunista. Não percebeu tampouco o esquema de funcionamento do congresso, segundo o qual as questões se decidiam nas comissões ampliadas ou restritas para serem apenas homologadas nas reuniões plenárias. Além disso, diante da condenação de Leon Trotsky à participação de maçons nos partidos comunistas (dirigida principalmente ao PC francês) defendeu a idéia de que "nosso gênero de socialismo é neutro em moral", podendo o partido brasileiro ter como membros elementos maçons, protestantes, católicos etc. Ao afirmar que o PCB contava com "alguns bons camaradas maçons, cuja ação revolucionária no seio da maçonaria é notável e notória", ele se referia principalmente a Cristiano Cordeiro e Everardo Dias, membros da maçonaria e do partido. Finalmente, ao prestar informações sobre o PCB, Canellas cometeu algumas falhas, afirmando que o partido contava com 500 militantes, quando na verdade não passavam de 250, e declarando que ele próprio havia colaborado numa revista de orientação anarquista. Diante da atuação do delegado brasileiro, o comitê executivo da Internacional Comunista considerou que o PCB ainda não era um verdadeiro partido comunista, pois conservava "restos de ideologia burguesa alimentados pela presença de elementos da maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas, o que explica a estrutura descentralizada do partido e a confusão reinante sobre a teoria e a tática comunista". A Internacional decidiu aceitar apenas provisoriamente o PCB dentro de seu organismo como um "partido simpatizante". Cf. Verbetes Partido Comunista Brasileiro (PCB). In: CPDOC/FGV. *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro*. [www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/6069](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/6069); PANDOLFI. op.cit. pp.75.

revoltou contra Salomão, eu vibrava com a luta de libertação do povo. (...) Minha formação da Bíblia me legitimou, inclusive, para a luta armada. Na Bíblia, são inúmeros os casos de guerrilha, inclusive, da libertação do povo hebreu<sup>43</sup>.

Em se tratando das questões referentes a gênero, acreditavam nas diferenças inatas entre homens e mulheres, nos quais os papéis sociais eram definidos de forma natural. Não obstante tentavam, em discurso, ampliar a participação feminina nas questões políticas. O exemplo de Auxiliadora Bambirra, esposa de Sinval Bambirra, deputado operário, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro e cassado durante a ditadura militar, serve para ilustrar tal afirmação. Em uma passagem de seu depoimento, afirma que o marido lhe cobrava uma militância política, sendo que ao mesmo tempo questionava sua atuação pública, reclamando maior atenção aos filhos<sup>44</sup>.

Se voltarmos às referências diretas do PC, Engels e Marx, podemos perceber uma visão mais avançada do que a defendida por seus seguidores:

“a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante”<sup>45</sup>

O consenso entre Marx, Engels e Lênin está na análise de que o capitalismo iniciou uma revolução democrática, mas foi incapaz de concluí-la, pois a forma monogâmico-patriarcal, ou seja do início da dominação de um

---

<sup>43</sup>Entrevista de Apolo H. Lisboa a Marcelo Ridenti em julho de 1985. Disponível no AEL/UNICAMP.

<sup>44</sup>Cf. MOTTA. Op. cit. 79.

<sup>45</sup>Engels, F. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1974. pp.182.

sexo sobre outro, nasceu justamente da “concentração das grandes riquezas nas mesmas mãos (dos homens) e do desejo de transmitir essas riquezas por heranças aos filhos desses mesmos homens”. Assim, “a preponderância do homem no casamento é uma simples conseqüência da sua preponderância econômica e desaparecerá com esta”<sup>46</sup>. Obviamente a mudança neste padrão só iria ocorrer após uma revolução social que transformasse os meios de produção, e a riqueza dos homens, em propriedade coletiva. Seria por meio da revolução socialista que a libertação da mulher teria início. A emancipação, propriamente dita, exigiria uma prolongada luta de idéias no interior do Partido e da sociedade e, conseqüentemente, não seria o resultado “natural” do processo de expropriação dos principais meios de produção das mãos da burguesia.

Lênin, em 1916, defendeu a emancipação feminina através do trabalho, pois somente nas fábricas haveria possibilidade de igualdade entre os sexos. Acreditava que as mulheres teriam as mesmas responsabilidades, tanto no emprego quanto em casa, e citava casos de operárias que ajudavam no sustento do lar, da mesma forma que seus maridos. Foi também defensor do divórcio, atitude esta que serviu de argumento para que os conservadores de todo mundo acusassem o comunismo de pregar o fim da família<sup>47</sup>.

O exemplo do divórcio mostra de maneira evidente que é impossível ser democrata e socialista sem exigir, nos dias de hoje, a inteira liberdade de divórcio, pois a falta dessa liberdade constitui a forma extrema de humilhação da mulher, do sexo oprimido. (...) A República dos Sovietes tem a tarefa de abolir, antes de tudo, qualquer limitação dos direitos femininos. Para obter o divórcio, já não se exige um processo judiciário: essa vergonha burguesa,

---

<sup>46</sup>MARX, K., ENGELS, F. e LENIN, V. *Sobre a Mulher*. São Paulo: Global Editora, 1980. pp. 24-25.

<sup>47</sup> Para imaginário comunista no Brasil e movimentos conservadores pré-golpe: DREIFFUS, René. *1964: A conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981; SIMÕES, Solange. *Deus, pátria e família. As mulheres no golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985. STARLING, Heloísa. *Os senhores das Gerais. Os novos Inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986; MOTTA, Rodrigo Pato. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

fonte de aviltamento e de humilhação, foi completamente abolida pelo poder soviético<sup>48</sup>.

Outro revolucionário que se referiu ao papel da mulher foi Che Guevara, contudo, com um discurso um pouco menos radical em relação aos demais. Disse ele que “a mulher é capaz de realizar os trabalhos mais difíceis e combater ao lado dos homens” e que “embora mais débil que o homem, não é menos resistente que ele”. Não obstante, em outra situação afirmou que “a mulher como cozinheira (na guerrilha), pode melhorar muito a alimentação e, além, disso, é mais fácil mantê-la em sua tarefa doméstica”<sup>49</sup>.

A proposta de Che Guevara seria a criação de “homens e mulheres novos” após a revolução, mas não de liberação da condição feminina. Maria Paula Nascimento afirma que estes movimentos sociais traziam uma crítica radical no interior do marxismo ortodoxo, que enfatizava a dimensão econômica da noção de classe. Ao privilegiar a opressão de classe, o marxismo teria secundarizado ou ocultado outras formas de opressão – sexual, religiosa e racial<sup>50</sup>.

Dentro do COLINA estas diferenças, ao que parece, não existiam. Ou pelo menos as mulheres que lá militavam cumpriam as mesmas tarefas e tinham as mesmas responsabilidades. Duas destas militantes só tomaram consciência da existência desta divisão sexual quando já se encontravam no exílio<sup>51</sup>. Tomemos como exemplo as falas de Maria do Carmo Brito e Maria José Nahas, ambas ex-militantes do COLINA. Em tempo, a primeira chegou a ser a única mulher a comandar a VPR, e a outra foi uma das pioneiras a pegar em armas e praticar assaltos:

“É claro que existia machismo na organização, mas, para mim, francamente, dentro do Brasil nunca fez diferença o fato de ser mulher. Isso não existia”<sup>52</sup>

---

<sup>48</sup> LENIN, V. *O socialismo e a emancipação da mulher*. Editoria Vitória, 1956.

<sup>49</sup> GUEVARA, Che. *A guerra de guerrilhas*. Edições Futuro, 1961. pp.112.

<sup>50</sup> ARAUJO, Maria Paula. op.cit. pp.10.

<sup>51</sup> RIDENTI, Marcelo. As Mulheres na Política Brasileira: Os Anos de Chumbo. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990. pp.118.

<sup>52</sup> Maria do Carmo Brito. In: RIDENTI, Marcelo. *As mulheres na política brasileira: Os anos de chumbo*. *Tempo social; Revista de sociologia da USP*. V.2, 2 sem.1990. pp. 118.

“Esse negócio de masculino, feminino, feminista, isso para mim não existia. Eu tomei conhecimento disso quando eu cheguei do exílio. Não existia”<sup>53</sup>.

A participação de Maria José Nahas no comando armado do COLINA, e nos demais assaltos, tornou-a conhecida como a “Loura da Metralhadora”. Ela foi talvez, a primeira das várias outras existentes nas organizações. A peruca loura sempre foi usada para espistar a polícia. A presença feminina na guerrilha causou a formação de uma imagem sexualizante da militante, muito em função do imaginário anticomunista difundido. Seria a antítese das mulheres que marcharam “com Deus e pela Liberdade” a favor do golpe em 1964. Há clara alusão ao estereótipo de prostituta:

Claro, a presença de uma mulher era... E aí saiu na imprensa a questão da loura. Era a Loura, a loura dos assaltos, a loura de Sabará. E quando eu fui presa, nossa! Eu fui interrogada dias para afirmar que eu era loura, se eu usava botas, se [tinha] um vestido verde esvoaçante. E eu fui enrolando aquilo, no final eu falei assim: ‘Gente, se é tão importante para vocês eu ser loura, tá ok! Eu sou loura, tudo bem’. Tava de botas e tava com um vestido, só que nada disso é verdade”<sup>54</sup>.

Como explica Herbert Daniel, a “loura” era uma criação bem masculina: “Não é preciso ir muito longe para descobrir num dos mitos que a imprensa iria inventar sobre os guerrilheiros a extraordinária carga erótica. A loura era um tesão e tesava”:

Um fenômeno inquietante: uma mulher guerrilheira (...). O guerrilheiro fazia das mulheres A fêmea; não AS mulheres, A Fêmea, com F maiúsculo. O F de *fálus*. Natural. Numa

---

<sup>53</sup> Entrevista de Maria José Nahas à autora em 02/04/2005.

<sup>54</sup> Entrevista de Maria José Nahas a autora em 2002.



época de castração exacerbada – e a censura o que era? – o complexo de castração encontrava saídas e símbolos<sup>55</sup>.

Para Irani Campos, um dos maiores exemplos que existiu no COLINA foi Carmela Pezzuti, quem entrou na militância por conta de seus dois filhos, membros da direção da POLOP e posteriormente do COLINA, Ângelo Pezzuti e Murilo Pezzuti.

A disposição, a coragem e a determinação que a Carmela Pezzuti tinha de ser guerrilheira (...) Aquilo era uma fortaleza para a gente. Além de ela [sic] ser mais velha que a gente, é mulher. Tem um entrave, nessa diferencinha, mulher. E às vezes até tinha gente que tinha dó dela, porque mulher não tinha que agüentar tipo de coisa, que às vezes era difícil para homem, não é? Tinha menos prática, menos vivência, por exemplo, de andar no mato, esses negócio todo. (...) Subir montanha com mochila, esse negócio, era difícil. A gente achava que aquilo era um sacrifício muito maior para a mulher, do que para a gente. Isso eu não acho desnível nem nada não, acho natural. A gente ia nessa Serra do Curral subindo aí, com coisa que era tranqüilo, e ficava admirado com o esforço da Carmela. E outras que participaram de outras coisas. Era coisa admirável<sup>56</sup>.

Por fim, como um dos últimos indícios desta *cultura política comunista*, destacamos a existência de um vocabulário próprio ou de ressignificações das palavras, tais como:

- *Autocrítica*: é uma palavra de apropriação das organizações marxistas-leninistas, que diz respeito à reflexão constante do militante acerca, principalmente, da sua atuação em relação à organização. A finalidade era a de

---

<sup>55</sup> DANIEL. Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982. pp.38

<sup>56</sup>Entrevista de Irani Campos já citada.

sanar os erros que porventura tenha cometido e buscar o contínuo aprimoramento. Segundo Lênin, “é reconhecer abertamente um erro, descobrir suas causas, estudar atentamente o que a gerou e estudar atentamente os meios de corrigir”<sup>57</sup>. Desta forma será um meio didático de aprendizado prático dos erros, para que não atrapalhe a formação do partido revolucionário. Em alguns casos, esta autocrítica era feita abertamente, na presença de vários companheiros, causando constrangimentos.

- *Desbundado*: termo usado pelos segmentos politizados da esquerda como forma pejorativa de qualificar os não-engajados, os que são considerados alienados. Todavia, quando um militante abandonava a organização também levava esta “pecha”, ficava estigmatizado entre os demais. O *desbunde* implicava a “morte” política do revolucionário.

- *Intelectuais*. Usado pejorativamente para tentar desqualificar os que não iam para o *front* da luta armada. Esta afirmação pode ser exemplificada, tendo por base nossa pesquisa. Um documento escrito por um militante da POLOP expressa sua insatisfação com a direção central, composta por estudantes e catedráticos, afirmando o quão são vaidosos, e que se escondiam atrás da teoria, por desconhecerem a situação concreta da luta. São chamados, pejorativamente, de “intelectuais da revolução”. Segundo o autor do documento, o que estava ocorrendo dentro do grupo era um cerceamento e desqualificação dos “companheiros” que questionavam as orientações da direção central, taxando-os de pequenos burgueses (o que representava um demérito aos olhos dos revolucionários)<sup>58</sup>.

Tais designações - *desbundado* e *intelectual* - neste contexto das esquerdas, nos remetem a uma tipologia de negação do reconhecimento de um grupo por outro. De acordo com Axel Honneth, quem mais sistematicamente tratou da *teoria do reconhecimento*<sup>59</sup>, o uso de conceitos negativos deste tipo deveria ser considerado uma injustiça pois:

---

<sup>57</sup>LÊNIN citado por BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Ed.UNB, 2002. pp 69.

<sup>58</sup>Cf: Vanguarda política e vanguarda ideológica. 12 de agosto de 1967. Rolo 2 Pasta 16 sub 2. Imagem: 207. Acervo DOPS/MG.

<sup>59</sup>A Teoria do reconhecimento foi formulada a partir da filosofia da consciência de Hegel. Em Hegel a o encontro conflituoso da consciência de si com os outros objetos do mundo foi chamado de reconhecimento. Ser reconhecido significaria ser respeitado. Cf. FERES JR., João. *A história do conceito de “latin america” nos Estados Unidos*. São Paulo: EDUSC, 2005. pp. 30.

“não apenas ele priva a pessoa de sua liberdade de ação, ou lhes é insultante, mas também porque interfere negativamente na compreensão que as pessoas em de si próprias – uma compreensão adquirida por meios inter-subjetivos (...) A “dignidade” de uma pessoa corresponde ao grau de aceitação social dentro do horizonte cultural daquela sociedade. Caso a hierarquia de valores seja estruturada de modo a imprimir um rótulo de inferioridade sob seu estilo de vida, essa pessoa é impedida e atribui valor social às suas habilidades”<sup>60</sup>

Podemos afirmar, desta maneira, que os dois conceitos seriam uma *oposição assimétrica*, uma das formas semânticas que o desrespeito assume, pois o *eu* vê o *outro* como reflexo invertido de sua própria imagem<sup>61</sup>.

Desta forma, os usos pela esquerda da prática da *autocrítica*, do *desbunde* e do suposto afastamento dos *intelectuais* são uma das facetas cruéis da guerrilha, contudo, deve ser entendida dentro do contexto de ditadura militar em que estavam envolvidos.

Buscamos, com estes exemplos, compreender o quão abrangente é a *cultura política comunista*. De modo sucinto, as grandes mudanças que significaram a transição entre os dois momentos são: as referências revolucionárias, o rompimento do monopólio do PCB, e do reformismo na esquerda. Apesar das significativas mutações citadas, os códigos e valores não mudaram de modo tão significativo, ao ponto que pudéssemos pensar em alguma outra *sub-cultura política* para o caso da “nova esquerda”.

#### Referências Bibliográficas

ALMOND, Sidney & VERBA, Gabriel. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy In Five Nations*. Princeton University Press, 1963.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: ROIUX & SIRINELLI. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

---

<sup>60</sup> HONNETH citado por FERES JR. op.cit. pp.34.

<sup>61</sup> Contraconceito assimétrico é uma noção de Reinhart Koselleck e explorado por João Feres Jr. na obra já citada.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Ed.UNB, 2002. pp 69.

BRASIL: NUNCA MAIS. Projeto A, Tomo II.

CARVALHO, Luis. *Mulheres que foram à luta armada*. Rio de Janeiro: Globo, 1998.

CHAUVEAU & TÉTART. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc,1992;

DANIEL. Herbert. *Passagem para o próximo sonho*.Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.

DREIFFUS, René. *1964: A conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Arqueologia do conceito de cultura política. In: *Vária História*, n.28, dez. 2002 , Belo Horizonte.

ENGELS, F. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1974.

FALCON, Franscisco. História e poder. In: CARDOSO & VAINFAS. *Domínios da História – Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERES JR., João. *A história do conceito de “latin america” nos Estados Unidos*. São Paulo: EDUSC, 2005.

GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias. In: ARAÚJO, Angela. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.

GORENDER, Jacob. O ciclo do PCB: 1922-1980. In: FORTES, A. *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

GRECO, Heloísa.*Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado. Departamento de História: UFMG, 2003.

GUEVARA, Che. *A guerra de guerrilhas*. Edições Futuro, 1961.

JORNAL DO BRASIL. 8/09/1986.

KUSHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política. In: *Estudos Históricos*. Número.24.

LAZAR, Marc. Fort et fragile, immutable et changeante... la culture politique communiste. In:BERSTEIN, Serge. *Les cultures politiques en France*. Paris: Seuil, 1999.

LENIN, V. *O socialismo e a emancipação da mulher*. Editoria Vitória, 1956.

MARX, K., ENGELS, F. e LENIN, V. *Sobre a Mulher*. São Paulo: Global Editora, 1980.

MOTTA, Rodrigo Pato. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo. O PCB e a moral comunista. IN: *LOCUS*. Revista de Historia.vol. 3. 1997. pp. 73. Outros trabalhos similares que abordam a questão da moral comunista: BROWARNIK, Graciela. Para ser un revolucionario... Un estudio acerca de a transmission de la moral comunista del Partido Comunista Argentino. In: *Voces recobradas*. Buenos Aires. Año 6. No. 16.

O militante. Rolo 2. Pasta 16. Subpasa 13.Imagem 119. Acervo DOPS/MG.

O militante. Rolo 2. Pasta 16. Subpasa 13.Imagem 119. Acervo DOPS/MG.

OBERTI, Alejandra. Lamoral según los revolucionarios. In: *Políticas de la memoria*. Buenos Aires: CEDINCI, 2005.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

Por uma disciplina revolucionária. Rolo 2. Pasta 16. Subpasta 17. Imagem 186. Acervo DOPS/MG.

Por uma disciplina revolucionária. Rolo 2: Pasta 16: Sub-Pasta 17: Imagem:0186. Acervo DOPS/MG.

REIS FILHO, Daniel. As esquerdas no Brasil. Culturas Políticas e Tradições. In: FORTES, A. *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

REMOND, R.(org.) *Por uma história política*.Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RÉMOND, René. O retorno do político. In:CHAUVEAU & TÉTART. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc,1992.

RIDENTI, Marcelo. As Mulheres na Política Brasileira: Os Anos de Chumbo. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

RIDENTI, Marcelo. *As mulheres na política brasileira: Os anos de chumbo*. Tempo social; Revista de sociologia da USP. V.2, 2 sem.1990.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SIMÕES, Solange. *Deus, pátria e família. As mulheres no golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985.

VENTURA , Maria Isabel Pinto (ed.). *Dos presos políticos brasileiros Acerca da repressão fascista no Brasil*. Lisboa: Edições Maria da Fonte / Comitê Pro Anistia Geral no Brasil, 1976.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória. A história de Lia, Maria do Carmo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VICENT, Gérard. Ser comunista? Uma maneira de ser. IN: PROST, Antoine. *Historia da vida privada*. Vol. 5. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

VIDAL, Adriane. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Dissertação de mestrado. UFMG, 2003.

#### Entrevistas

Entrevista de Maria José Nahas à autora em 02/04/2005.

Entrevista de Maria José Nahas a autora em 10/01/2002.

Entrevista de Jorge Nahas a Marcelo Ridenti em 15/07/1985. Disponível no AEL/UNICAMP.

Entrevista de Jorge Nahas a autora, já citada.

Entrevista de Apolo H. Lisboa a Marcelo Ridenti em julho de 1985. Disponível no AEL/UNICAMP.

Entrevista de Apolo Lisboa a Marcelo Ridenti em 13/07/1985. Acervo AEL/UNICAMP.

Entrevista de Fernando Pimentel a Marcelo Ridenti em 16/07/1985. Disponível no AEL/UNICAMP.

Entrevista de Irani Campos a autora em 17/01/2006.

Entrevista de Jorge Nahas a autora em 06/01/2006.